

Pagamento dos 54% depende da Justiça

Arnildo Schulz 18.05.90

Arquivo 02.05.90

Marco Túlio Alencar

O Governo do Distrito Federal vai aguardar que se esgotem todos os recursos jurídicos antes de efetuar o pagamento de 54,5% de aumento no salário dos professores. Um despacho do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendendo o pagamento, baseada na Medida Provisória 185, que foi derrubada pelo Congresso, o julgamento no próximo dia 19 do pedido do Sindicato dos Professores (Sinpro) para a formalização da ação de cumprimento da decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que concedeu o reajuste e a tramitação de um recurso ordinário, interposto ao TST pela Fundação para decidir se o pagamento é devido ou não são os pontos de sustentação do GDF.

“Apesar de a Medida Provisória 185 ter caído, e o despacho que temos suspendendo o pagamento até o julgamento do recurso ordinário pelo TST ser baseado nela, não vemos porque efetuar o pagamento antes que a decisão a nosso favor seja revogada”, explicou o consultor jurídico do GDF, José Milton Ferreira, lembrando que “não há previsão orçamentária nem recursos financeiros para conceder o reajuste”. Ele acredita que o despacho do presidente do TST será mantido e, se for revogado, “outras medidas serão pensadas”.

Venda

Por enquanto, o governo do DF não está trabalhando com a hipótese de efetuar o pagamento a curto

prazo e por isso não está considerando a possibilidade de o governador Wanderley Vallim vir a ser enquadrado na Lei, por crime de responsabilidade contra uma decisão da Justiça. “Não pensamos nessa questão porque atualmente não há nenhuma decisão que nos obrigue a pagar imediatamente. O que há são diversas ações tramitando e o despacho do TST que não foi revogado”, afirmou o Consultor Jurídico.

“Não há dinheiro para pagar de uma só vez Cr\$ 6 bilhões, só de atrasados, já que a decisão do TRT que concedeu o reajuste é retroativa a janeiro, por isso a nossa saída poderá ser a licitação de imóveis ou a promoção de algum tipo de venda de bens do governo para executar a decisão da Justiça”, disse Wanderley Vallim. O governador também declarou que o GDF “cumprirá irrestritamente o que a Lei determinar”. Sobre a possibilidade de um “efeito dominó” no funcionalismo público, com várias categorias exigindo aumento, Vallim afirmou “que não pensou nesse caso”. O consultor jurídico informou que não há, no âmbito do Governo do DF, “nenhuma Lei que obrigue o repasse para todos os servidores de um índice de aumento concedido pela Justiça a uma determinada categoria”.

A Secretária de Educação, Malva Queiroz, também defende a posição de que não há nenhuma medida formalizando a exigibilidade do pagamento dos 54,5%.

Vallim entrega 2 escolas

Mais duas escolas da rede pública de ensino do DF, que passaram por reformas, foram reinauguradas na tarde de ontem pelo governador Wanderley Vallim e a secretária de Educação, Malva Queiroz, seguindo uma programação que prevê a entrega de 30 escolas reformadas e 25 construídas, neste primeiro semestre do ano.

As solenidades de reinauguração começaram pelo Jardim de Infância da 208 Sul que atende a 240 crianças com idade entre quatro e cinco anos. Todas as dependências da escola foram reformadas e em cada sala de aula foi construído um banheiro para as crianças. A obra custou cerca de Cr\$ 1 milhão e 400 mil.

Os alunos do Jardim de Infância, juntamente com seus professores, agradeceram com músicas o governador pela obra executada. Vallim ressaltou sua satisfação em entregar mais uma escola reformada para as crianças. A secretária de Educação admitiu que houve atraso na programação da obra.

A outra escola, reinaugurada pelo governador, foi o Centro Educacional nº 1, do Guará, onde foi feita reforma total e construído muro em sua volta. Acompanhado da primeira-dama, Regina Vallim, da secretária de Educação, Malva Queiroz e do secretário de Comunicação Social, Wellington Moraes, o governador Wanderley Vallim foi recepcionado no local pela Banda de Música de alunos da Regional de Ensino do Guará.

Um grupo de alunos fez agradecimentos ao governador, à secretária de Educação, à Diretoria Regional de Ensino e também ao apoio dado pela Administração Regional do Guará, pelo pároco da cidade, padre Guido, e pelo Centro Educacional nº 5, que abrigou os alunos durante o período de reformas.

O Centro Educacional nº 1 oferece ensino de 5ª a 8ª séries e supletivo 3ª e 4ª fases para 1.700 alunos. As obras de reforma custaram ao GDF, Cr\$ 17 milhões e 600 mil, segundo a secretária de Educação.